



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.027148/2020-15

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 037/2021

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para aquisição com fornecimento parcelado de materiais químicos, farmacológicos e biológico, tais como: iodeto, metabissulfito, tungstato, entre outros**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

1.2. Na tabela abaixo seguem a descrição, a quantidade, a unidade de medida, o valor unitário para os itens desta licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	2,2-DIFENIL-1-PICRILHIDRAZIL, (DPPH), ASPECTO FÍSICO PÓ CINZA, FÓRMULA QUÍMICA C ₁₈ H ₁₂ N ₅ O ₆ , PESO MOLECULAR 394,32 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 85% - LIVRE DE RADICAIS, REAGENTE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 1898-66-4 - FRASCO 1G	357741	FRASCO	02	R\$ 909,00
02	4-NITROFENOL, ASPECTO FÍSICO FINO CRISTAL AMARELADO, DE ODOR CARACTERÍSTICO, PESO MOLECULAR 139,11G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA C ₆ H ₅ NO ₃ (4-NITROFENOL), GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, REAGENTE P.A, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 100-02-07	440517	GRAMA	625	R\$ 1,63
03	ACETATO, BUTILA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA C ₆ H ₁₂ O ₂ , PESO MOLECULAR 116,16 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 123-86-4	391820	LITRO	07	R\$ 44,00
04	ACETATO, SÓDIO, ASPECTO FÍSICO CRISTAL INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA CH ₃ COONA ANIDRO, MASSA MOLECULAR 82,03 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 127-09-3	347245	QUILO	07	R\$ 50,60
05	ACETILACETONA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR, DE ODOR REPUGNANTE, FÓRMULA QUÍMICA CH ₃ COCH ₂ COCH ₃ , MASSA MOLECULAR 100,12G/MOL, GRAU DE PUREZA MÁXIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 123-54-6	345880	LITRO	01	R\$ 230,00
06	ÁCIDO, CÍTRICO, ASPECTO FÍSICO CRISTAL INCOLOR, INODORO, SABOR ÁCIDO AGRAVÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C ₆ H ₈ O ₇ ANIDRO, PESO MOLECULAR 192,12 G/MOL, PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 77-92-9	351610	QUILO	02	R\$ 60,00
07	ÁLCOOL, PROPÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO, FÓRMULA QUÍMICA CH ₃ (CH ₂) ₂ OH (1-PROPANOL OU NORMAL), PESO MOLECULAR 60,10G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 71- 23-8	348273	LITRO	08	R\$ 29,70
08	AZOMETINA-H, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, LEVEMENTE AMARELADO, FÓRMULA QUÍMICA C ₁₇ H ₁₁ NNAS ₂ O ₈ (SAL MONOSÓDICO), PESO MOLECULAR 445,40G/MOL, GRAU PUREZA MÍNIMA DE 97%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 5941-07-1	378995	GRAMA	03	R\$ 26,73
09	BICARBONATO, SÓDIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, FINO, PESO MOLECULAR 84,01 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA NAHCO ₃ , GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A./ ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 144-55-8 - FRASCO 1KG	412636	QUILO	07	R\$ 28,00
10	BROMETO, POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO CRISTAL INCOLOR OU ESBRANQUIÇADO, INODORO, PESO MOLECULAR 119 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA KBR, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7758-02-3	347625	GRAMA	125	R\$ 0,16
11	DICLOROFENOL, (SAL SÓDICO HIDRATADO), ASPECTO FÍSICO PÓ VERDE ESCURO, INODORO, PESO MOLECULAR 290,08 G/MOL, FÓRMULA QUÍMICA C ₁₂ H ₆ CL ₂ NO ₂ NA.H ₂ O(2,6- DICLOROFENOLINDOFENOL SÓDICO, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 98%, REAGENTE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 620-45-1	357314	GRAMA	30	R\$ 21,89
12	IODETO, POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, CRISTALINO, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA KI, PESO MOLECULAR 166,01G/MOL, TEOR DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7681-11-0	353071	QUILO	03	R\$ 438,00
13	IODETO, POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, CRISTALINO, INODORO, FÓRMULA	353071	GRAMA	300	R\$ 0,53

	QUÍMICA KI, PESO MOLECULAR 166,01G/MOL, TEOR DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7681-11-0				
14	METABISSULFITO, SÓDIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, DE ODOR SULFUROSO, COMPOSIÇÃO NA ₂ S ₂ O ₅ , PESO MOLECULAR 190,11 G/MOL, TEOR DE PUREZA MÍNIMA DE 97%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7681-57-4	353023	GRAMA	1.250	R\$ 0,44
15	PIROCATECOL, (PIROCATEQUINA), (BENZENO-1,2-DIOL), FÓRMULA QUÍMICA C ₆ H ₄ -1,2-(OH) ₂ (1,2- DIHIDROXIBENZENO), ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO A LEVEMENTE BEGE, PESO MOLECULAR 110,11 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 120-80- 9	397371	GRAMA	125	R\$ 0,59
16	POLÍMERO, COPOLÍMERO DE ÓXIDO DE ETILENO (POLIOXIETILENO 20), COMPOSIÇÃO POLISSORBATO 80 (MONO-OLEATO DE SORBITANO POE), FORMA FÍSICA LÍQUIDO OLEOSO, AMARELADO A ÂMBAR, FÓRMULA QUÍMICA C ₆₄ H ₁₂₄ O ₂₆ , MASSA MOLAR 1.310G/MOL, TEOR DE PUREZA MÍNIMO DE 58% DE ÁCIDO OLEICO, TESTADO EM CULTURA DE CÉLULAS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 9005-65-6	414587	LITRO	04	R\$ 99,99
17	POLÍMERO, COPOLÍMERO DE ÓXIDO DE ETILENO (POLIOXIETILENO), COMPOSIÇÃO POLISSORBATO 20 (MONOLAURO DE SORBITANO POE), FORMA FÍSICA LÍQUIDO OLEOSO, AMARELADO A CASTANHO, FÓRMULA QUÍMICA C ₅₈ H ₁₁₄ O ₂₆ , MASSA MOLAR 1128G/MOL, TEOR DE PUREZA TEOR DE 40% A 60% DE ÁCIDO LÁURICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 9005-64-5	409859	ML	03	R\$ 119,00
18	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE ANTI TOXOPLASMA GONDII IGG, MÉTODO ELISA, APRESENTAÇÃO TESTE	336507	TESTE	05	R\$ 22,00
19	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE ANTI-HBC TOTAL, MÉTODO QUIMIOLUMINESCÊNCIA, APRESENTAÇÃO TESTE	400314	TESTE	125	R\$ 14,21
20	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE ANTI-PEROXIDASE, MÉTODO QUIMIOLUMINESCÊNCIA, APRESENTAÇÃO TESTE	340721	TESTE	250	R\$ 13,33
21	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE HIV I E II MÉTODO ELISA - KIT 96 TESTES	357466	UNIDADE	10	R\$ 63,48
22	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE TESTOSTERONA, MÉTODO QUIMIOLUMINESCÊNCIA, APRESENTAÇÃO TESTE	340714	UNIDADE	125	R\$ 12,80
23	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE TIROXINA LIVRE (T ₄), MÉTODO QUIMIOLUMINESCÊNCIA, APRESENTAÇÃO TESTE	340722	UNIDADE	1.125	R\$ 7,50
24	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE TIROXINA TOTAL (T ₄), MÉTODO QUIMIOLUMINESCÊNCIA, APRESENTAÇÃO TESTE	350502	UNIDADE	125	R\$ 14,00
25	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, ANÁLISE QUANTITATIVO DO HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH), MÉTODO QUIMIOLUMINESCÊNCIA, APRESENTAÇÃO TESTE	340709	UNIDADE	1.750	R\$ 8,00
26	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TRYPAOSOMA CRUZI (CHAGAS) EM SORO HUMANO E LÍQUIDOS BIOLÓGICOS, MÉTODO IMUNOFLUORESCÊNCIA INDIRETA, APRESENTAÇÃO TESTE	402310	TESTE	05	R\$ 6,17
27	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE ANTIESTREPTOLISINA "O", MÉTODO AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX, COM CONTROLE POSITIVO E NEGATIVO ASO-LATEX, APRESENTAÇÃO TESTE	337768	TESTE	500	R\$ 65,33
28	REAGENTE, DIAGNÓSTICO CLÍNICO, SUSPENSÃO DE ANTÍGENOS PARA TRIAGEM DE VDRL, MÉTODO FLOCULAÇÃO, PRONTO PARA USO, APRESENTAÇÃO TESTE - 250 TESTES	396034	UNIDADE	10	R\$ 48,70
29	SUBSTRATO, LÍQUIDO, ABTS, ANÁLISE PLACAS ELISA, USADO EM CONJUNTO COM OS KITS DE DESENVOLVIMENTO PADRÃO ELISA DA PEPROTECH, PRODUZ UM PRODUTO FINAL SOLÚVEL DE COR VERDE E PODE SER LIDO ESPECTROFOTOMETRICAMENTE A 405NM - FRASCO 1G	413181	FRASCO	02	R\$ 462,00
30	SULFATO, AMÔNIO, COMPOSIÇÃO (NH ₄) ₂ SO ₄ , PESO MOLECULAR 132,14 G/MOL, ASPECTO FÍSICO FINOS CRISTAIS OU GRÂNULOS BRANCOS, ODOR DE AMÔNIA, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A. ACS ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7783-20-2	400851	GRAMA	500	R\$ 0,06
31	SULFATO, COBRE II, COMPOSIÇÃO QUÍMICA CU ₂ SO ₄ ANIDRO, ASPECTO FÍSICO FINO CRISTAL BRANCO, PESO DA MOLÉCULA 159,60 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7758-98-7	345771	QUILO	04	R\$ 65,51
32	TARTARATO, ANTIMÔNIO E POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ CRISTALINO TRANSPARENTE À ESBRANQUIÇADO, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA C ₈ H ₄ K ₂ O ₁₂ S ₂ B ₂ .3H ₂ O (TRIHIDRATADO), PESO MOLECULAR 667,87 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 28300-74-5	412695	GRAMA	500	R\$ 0,73
33	TARTARATO, SÓDIO E POTÁSSIO, PESO MOLECULAR 282,22G/MOL, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO OU CRISTAL INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA NAKC ₄ H ₄ O ₆ .4H ₂ O, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99%, REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 6381-59-5	348685	QUILO	02	R\$ 55,95

34	TUNGSTATO, SÓDIO DIHIDRATADO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA $Na_2WO_4 \cdot 2H_2O$ (DISSÓDIO DIHIDRATADO), ASPECTO FÍSICO FLOCOS BRANCOS, INODOROS, PESO MOLECULAR 329,86G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 99-101%, REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10213-10-2	410600	GRAMA	313	R\$ 0,86
----	---	--------	-------	-----	----------

1.2.1. Não há órgãos participantes desta Licitação.

1.2.2. Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.

1.2.3. A validade mínima para os itens desta licitação contada da data de entrega dos bens, será de no mínimo 04 (quatro) meses para os reagentes de diagnóstico clínico e de no mínimo 12 (doze) meses para os demais itens.

1.2.4. Na elaboração da proposta de preços os licitantes deverão indicar para todos os itens o registro na ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou informar a RDC ou norma que o isente.

1.3. Juntamente com a proposta de preços para os itens deste procedimento licitatório deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1.3.1. **Certificação de sustentabilidade ambiental** emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada comprovando a prática ações sustentáveis que colaborem para a preservação do Meio Ambiente (artigos 5º e 6º da IN Nº 1 – SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010) ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental emitida pela própria empresa licitante declarando que ela (proponente) atende às exigências constantes da IN Nº 1/2010 – SLTI/MPOG, podendo ser preenchida, conforme modelo que constará do edital da licitação.

1.3.2. Apresentar no que se refere a habilitação técnica: - **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens** em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (Atestado de Capacidade Técnica), sendo que os atestados deverão comprovar o fornecimento de no mínimo 30% do quantitativo total para cada item desta licitação, que vier a participar, ou de no mínimo uma (o que for maior); - **Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município sede** da empresa proponente ou documento que comprove a isenção.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), conforme consta da Ata de Registro de Preços.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (Documentos SEI nº 2248643, 2255700, 2258755, 2262886 e 2299163)**, apêndices deste Termo de Referência.

2.2. Esta licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, será processada pelo sistema de registro de preços. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a permissão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nossos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e encontra-se materializada nos **Documentos SEI nº 2248643, 2255700, 2258755, 2262886 e 2299163**.

3.2. Em atualização ao que consta no tópico 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução do **ETP 170/2021 (Documento SEI 2258755)** haverá parcelamento da solução, a licitação será por item.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto a ser adquirido foi definido como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos itens **05, 07, 10 e 12** é de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **Almoxarifado do Instituto de Química da UFG (próximo ao IQ 2 e passarela)**, localizado à Avenida Esperança s/n, Câmpus Samambaia, Goiânia - Goiás - CEP: 74.690-900, Responsável: Arides Antônio de Farias email: aridesf@ufg.br telefone: (62) 9 9329-5202 ou Ana Cláudia Silva de Almeida email: anaclaudiai@ufg.br telefone: (62) 9 8199-5262.

5.2. O prazo de entrega dos itens **01, 13, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 29 e 34** é de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **Faculdade de Farmácia - FF/UFG**, Rua 240, esquina com 5º Avenida s/n, Setor Leste Universitário, Goiânia- GO, CEP: 74.605-220; entregar na Secretaria, térreo. Telefone (62) 3209-6041.

5.3. O prazo de entrega dos itens **18, 21, 26, 27, 28** é de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **Almoxarifado do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública - IPTSP/UFG**, Rua 235, s/n, Setor Leste Universitário, Goiânia – Goiás, CEP: 74.605-050 - Telefones (62) 3209-6493/6101.

5.4. O prazo de entrega dos demais é de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **Almoxarifado Central da Diretoria Logística da UFG - DLOG/UFG**, localizado na Av. Esperança (Alameda Flamboyant) Campus II – Samambaia (saída para Nova Veneza-Go, próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia – Goiás, CEP 74690-900. Telefones (62) 3521-1020/1471 - E-mail: almoxarifado.dlog@ufg.br.

5.5. O prazo de entrega a critério da área competente da UFG e mediante solicitação com justificativa escrita do fornecedor poderá ser dilatado.

5.6. **Durante a pandemia da COVID-19 as entregas deverão ser agendadas, tendo em vista que as equipes podem encontrar-se em trabalho remoto.**

5.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo(a) servidor(a) ou Equipe de servidores, conforme o caso, responsável(veis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.12. Durante a validade da contratação a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade dos produtos ofertados, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.

5.12.1. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal de Venda não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidade(s) em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.

5.12.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.12.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da Contratante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

Dados para emissão da Nota Fiscal de Venda

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Endereço: Campus II – Samambaia, Goiânia – GO

CEP: 74691-300

CNPJ: 01.567.601/0001-43

Inscrição Estadual: Isento Fone: (62) 3521 1020

5.12.4. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal de Venda os dados bancários da Contratada (se possível).

5.12.5. Após emissão da nota de empenho e/ou celebração do contrato o prazo de entrega poderá ser dilatado a critério da autoridade competente da Universidade e mediante pedido escrito e fundamentado do fornecedor.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2.1. Rejeitar os produtos em que as características, qualidade não satisfaçam às exigências contratadas, que sejam impróprias ou diferentes/inferiores daquelas exigidas neste instrumento e respectivo edital, obrigando a adjudicatária a substituir ou se adequar, sem ônus para a UFG e no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, edital e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. Efetuar a entrega dos reagentes e diagnósticos clínicos e reagente químicos acompanhados de INSTRUÇÕES DE USO em língua portuguesa e da Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ);

- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

11.14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de registro de preços.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação. A garantia para os bens, objeto desta licitação é a **garantia legal**, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.080 de 11 de setembro de 1990.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor da contratação / empenho), até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

15.2.3. **Multa compensatória variando de 10% (dez por cento) até 30% (dez por cento) sobre o valor total da contratação (empenho), no caso de inexecução total do objeto da contratação (valor empenhado);**

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, **considerando a faixa percentual** do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.
- 15.2.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$74.679,17 (setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais e dezessete centavos)**.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1. Por se tratar de licitação processada pelo sistema de registro de preços, tendo em vista as prerrogativas constantes no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013, a dotação orçamentária será juntada aos autos previamente a emissão de empenho relativa a cada compra que ocorrer, durante a vigência da ata de registro de preços.

APÊNDICE I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Os Estudos Técnicos Preliminares (**Documento SEI nº 2248643, 2255700, 2258755, 2262886 e 2299163**), serão publicados compactados como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Fernando Da Silveira, Coordenador**, em 28/09/2021, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2356459** e o código CRC **317718BD**.